

ENSINO MÉDIO: DO IDEAL LEGAL À COMPLEXA REALIDADE NO DIA A DIA NAS ESCOLAS DO ESTADO DO CEARÁ

Augusto César Oliveira Bezerra ¹
Beatriz Campina Lima ²
Francisca Myrtes Dantas ³
Dr. Francisco de Assis Francelino Alves ⁴

RESUMO

A pesquisa que ora estamos desenvolvendo é fruto de inquietações sobre os grandes problemas educacionais no que tange a legislação e sua aplicação em escolas do estado Ceará. Nosso objetivo central é conhecer o discurso da lei que normatiza o Ensino Médio e suas implicações no contexto da educação nas escolas e confrontar os cenários da legalidade e a realidade entre professores, alunos, gestores e comunidade, trazendo dessa forma a comparação entre os dados fornecidos pelos órgãos de educação e comparando estes com o dia a dia nas escolas do estado. Essa pesquisa também traz em seu desenrolar a evolução da educação no Brasil e fornece uma breve discussão sobre a reforma do Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino médio, Legislação, Congresso, Política educacional, Estado.

INTRODUÇÃO

A educação no ensino médio no Brasil está passando por transformações com sucessivas reformas e alterações na política educacional. O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, abrangendo os anos finais, como o 1º, 2º e 3º ano, e tem como objetivo preparar os jovens para a nova etapa que irá iniciar, que é a fase adulta e suas responsabilidades, dessa forma ela tem por característica aprimorar os conhecimentos já adquiridos ao decorrer da vida desses jovens, prepará-los para o mercado de trabalho e para serem indivíduos pensantes na sociedade. Recentemente estivemos nessa condição e confessamos que é uma das piores situações que já enfrentamos diante de tantas incógnitas que um jovem tem que enfrentar nessa etapa de vida. Escolas públicas desaparelhadas, professores desmotivados, poucos livros nas bibliotecas, salas de aula cheias, greves dos docentes, inexistência de laboratórios nas escolas e ainda um conflito que não tem fim, a indisciplina dos alunos. Neste cenário, algo nos chamou atenção, que é o anúncio das reformas para o Ensino Médio com bastante mídia, por parte do

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Ceará - IFCE, augustocesaroliveira03@gmail.com;

² Graduado do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Ceará - IFCE, campinabia@yahoo.com.br;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Ceará - IFCE, myrtesd97@gmail.com;

⁴ Doutor pelo Curso de Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará - UFC, francelino02@terra.com.br;

governo e o anúncio aos quatro cantos do país como algo inovador e revolucionário para a educação. Dessa forma, resolvemos debruçar sobre o tema, direcionar nosso olhar para o problema e confrontar o que vivemos recentemente nessas escolas, e a realidade nesses ambientes, para nessa leitura confrontar com o anúncio da nova reforma do Ensino Médio propagada pelo governo como algo maravilhoso e inovador.

METODOLOGIA

A tarefa exigiu como primeira etapa uma metodologia, um embasamento teórico, alicerçado numa vasta documentação sobre os documentos relacionados a legislação do Ensino Médio e como etapa seguinte a aplicação de entrevistas e questionários com professores, alunos e comunidade sobre a realidade do Ensino Médio e para em seguida confrontar os pontos anunciados e estabelecer um confronto entre ao ideal, anunciado na Reforma do Ensino Médio e a realidade das escolas pesquisadas.

A equipe desse presente trabalho realizou duas entrevistas com dois professores do Instituto Federal do Ceará – Campus Maracanaú. As entrevistas tratam sobre as opiniões de cada um desses profissionais quanto a Reforma do Ensino Médio, trazendo pontos de vista distintos e conciliando com os dados e a realidade das escolas apresentados nesse trabalho, essa entrevista foi esposta ao decorrer desse texto.

DESENVOLVIMENTO

Breve relato da história da educação brasileira

Durante anos, a educação era privilégio para poucos, pois só tinha acesso a professores particulares e a escola os indivíduos oriundos de famílias ricas e influentes na sociedade.

No período do Brasil Colônia os filhos de burgueses tinham acesso ao conhecimento teórico, através de professores particulares (tutores) conhecidos na alta sociedade, assim eles aprendiam o necessário no Brasil e em seguida seus pais lhes mandavam para a Europa, para estudar, voltando apenas depois de formados. Enquanto isso as pessoas mais pobres da sociedade e os escravos, não tinham acesso nenhum ao conhecimento teórico e filosófico, ficando esses apenas com o conhecimento da prática que era transmitido para que eles viessem a fazer as atividades manuais e pesadas, ficando assim apenas com o conhecimento de fazer uma certa atividade, não possuindo um conhecimento amplo e um senso crítico.

Durante anos, mesmo após o fim do Brasil Colônia, permaneceu-se a forma de educação citada acima, apenas a elite tinha acesso ao conhecimento acadêmico enquanto os mais pobres tinham que aprender a fazer alguma atividade manual para assim ir para o mercado de trabalho, para trabalhar nas indústrias que ainda eram recente no país, fazendo a parte mais pesada do trabalho enquanto que os oriundos da elite tinham os maiores cargos e mandavam nos que tinham os cargos mais baixos e pesados, os piões de fábrica.

Com o decorrer da industrialização e com o aumento de fábricas no país, a necessidade de mão de obra aumentou ainda mais e a qualificação dela se fazia necessária. Assim começou-se a investir em treinamento da massa da população para atender à necessidade das novas indústrias, esse foi o primeiro contato com uma instituição de ensino que esses passaram a ter, já que não possuíam acesso as escolas e academias.

Nas primeiras décadas do século XX a escola pública existente tinham como objetivo levar educação para as camadas populares, mas só quem tinha acesso a essas eram pessoas ligadas ao trabalho urbano, excluindo dessa forma as pessoas negras, pobres e aqueles em estado de miséria. Essa situação aos poucos foi causando um desconforto na massa que não tinha acesso a esses locais, até que chegou em um certo ponto que o descontentamento era tão grande que esses decidiram pressionar a classe mandante e lutar para ter esse acesso. Ao ver essa situação a classe burguesa ficou preocupada com a organização do mercado, pois necessitava da classe proletária para constituir mão de obra dentro das fábricas. Iniciou-se assim as reivindicações por uma escola nova brasileira, tendo como documento norteador o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e tendo Anísio Teixeira como um dos apoiadores do movimento. Sobre o Manifesto, Saviani (2006 apud CIAVATTA e RAMOS, 2011, p. 34-35):

O Manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político, como é o próprio, aliás, desse “gênero literário”. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país [...]. Pode, pois, ser considerado um importante legado que nos é deixado pelo século XX. É um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país.

O Manifesto não foi em vão, pois ele influenciou na elaboração da Constituição Brasileira de 1934, fazendo com que essa fosse a primeira constituição a tratar de forma mais específica da educação, possuindo 17 artigos dedicados especialmente a educação e trazendo pela primeira vez a ideia de que a educação era um direito para todos, estando isso registrado no Art.149 da Constituição Brasileira de 1934.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 2016).

A Constituição de 1934 foi a primeira a falar da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas essa só foi criada em 1961. A LDB foi responsável pelas transformações eficientes na educação brasileira, sendo promulgada a versão atual em 1996.

LDB sobre o Ensino Médio

A LDB é a mais importante Lei, quando se fala da Educação Nacional, ela define, disciplina e regulamenta o sistema educacional da nação, estando presente tanto no ensino privado como no ensino público.

Essa Lei trata de todos os níveis da educação, desde o ensino infantil ao ensino superior, trazendo especificações de como esses devem funcionar, as matrizes disciplinares que devem seguir, a responsabilidade de proporcionar cada nível de educação, os deveres e obrigação do Estado e dos Cidadãos na Educação, entre outras especificações.

Sobre o Ensino Médio Brasileiro, a LDB especifica que esse é obrigatório e gratuito para todos os cidadãos, é de inteira responsabilidade do Estado e deve ser oferecido com uma garantia de padrão de qualidade. Para ela esse tem como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ao longo do ensino fundamental, a preparação básica para o mercado de trabalho e para exercer o papel de cidadão, desenvolver a capacidade do indivíduo de continuar aprendendo mesmo após a escola, realizar a formação ética da pessoa e capacitá-la para a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos. Essa ainda especifica que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que definirá os direitos e objetivos do Ensino Médio nas áreas de conhecimentos, que são: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias.

Essa lei traz em seus artigos e incisos as disciplinas obrigatórias que deverão ser ofertadas no Ensino Médio, a carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as formas de avaliação do conhecimento e também exige uma avaliação contínua para acompanhar a qualidade do ensino médio em todo o país, aponta as funções e obrigações dos profissionais da educação (COSTA, 2013).

- **Ensino Médio no Brasil**

O Brasil possui 28,5 mil instituições que oferecem o ensino médio atendendo 7,9 milhões de matriculados, entre essas instituições 7,9% funcionam em caráter integral, esses dados abrangem tanto instituições privadas como instituições públicas e foram obtidos por levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao ano de 2017 (INSTITUTO UNIBANCO, [s.d.]).

Entre essas escolas, várias encontram-se em estado precário, com infraestrutura insuficiente para todas as demandas dos alunos e professores, sem laboratórios, sem biblioteca, com salas mal arejadas e escuras entre outras deficiências.

- **Ensino Médio no Ceará**

Iremos agora fazer uma análise mais aprofundada do que foi dito anteriormente, considerando o estado do Ceará, estado no qual esse texto foi escrito e que possuímos um maior conhecimento e vivência da realidade das escolas públicas do estado. Os dados que serão mostrados posteriormente foram obtidos do texto Panoramas dos Territórios - Ceará, que é baseado nos dados do Censo Escolar de 2015 (INSTITUTO UNIBANCO, [s.d.]).

O Estado do Ceará possui 636 Escolas Estaduais que oferecem o Ensino Médio, dessas 580 unidades estão localizada em área urbana e 67 unidades na área rural, possuindo um total de 221.995 matriculados, entre esses 9.849 estão matriculados na região rural (INSTITUTO UNIBANCO, [s.d.]).

Todas as escolas de Ensino Médio do Estado do Ceará funcionam em prédios escolares não existindo nenhuma funcionando em igrejas ou templos religiosos, esses dados são válidos tanto para escolas estaduais da zona urbana como da zona rural.

A infraestrutura da escola é um dos principais fatores para uma educação melhor, uma escola que possui uma boa infraestrutura e materiais necessários para a transmissão do saber encontrasse um passo à frente e ainda mais próximo de alcançar seus objetivos. Segundo os dados do censo 2015 para as Escolas de Ensino Médio Regular do Estado, 77% possui biblioteca, 99,7% possui laboratório de informática, 98,5% possui banheiro, 66,3% possui banheiro adequado para alunos com deficiências, 76,7% possui laboratório de ciências, 76,1% possui quadras de esportes, 97,5% possui sala para os professores, 95,2% possui abastecimento de água pela rede pública, 61,1% possui esgotamento sanitário ligado à rede pública, 98,3%

possui lixo coletado periodicamente e 100% possui abastecimento de energia elétrica pela rede pública (INSTITUTO UNIBANCO, [s.d.]).

O que os dados anteriores não consideram é o estado em que essas construções se encontram. Algumas escolas que visitamos ou conversamos com alguns alunos que estudavam ou ainda estudam na instituição não podiam usufruir dos meios citados anteriormente, pois esses estavam interditado ou funcionavam parcialmente. No caso dos laboratórios de ciências muitos não podiam ser utilizados devido à falta de reagente e vidrarias que são solicitados constantemente mas não chegam e devido a isso alguns deles acabaram virando depósito da escola. Os laboratórios de informática não funcionavam completamente devido à falta ou precarização de internet da escola ou então devido a computadores quebrados que esperam a liberação de verba para a assistência técnica. Os banheiros das escolas que visitamos encontravam-se com descargas quebradas, com rachaduras na construção e com problema de esgoto. No caso das quadras de esporte encontravam-se sem os alambrados, sem cobertura ou cobertas já num estado avançado de desgaste e o piso da quadra encontrava-se com alguns buracos e sem pinturas.

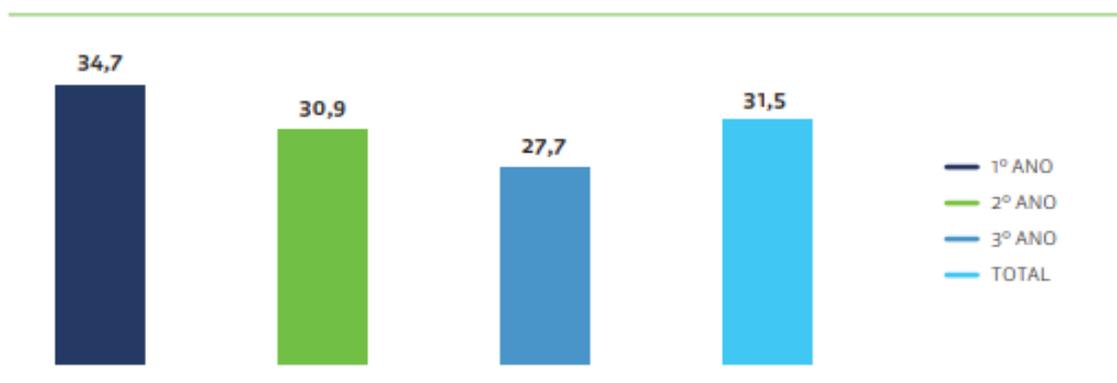
Uma outra dificuldade bastante presente na vida dos estudantes do estado do Ceará é a dificuldade de chegar até a escola, pois no caso dos alunos de escolas da Zona Rural, eles passam algumas horas dentro de ônibus escolar para chegar até a instituição de ensino, isso quando o ônibus do município destinado a esse deslocamento está funcionando, quando o mesmo está quebrado ou por outro motivo não pode fazer o deslocamento, os alunos tem que fazer o trajeto a pé ou conseguir uma outra forma para ir para a escola, caso não consigam terão que faltar. Com o maior desenvolvimento do estado e dos municípios a ele pertencente, essa situação melhorou muito, pois ocorreu um maior investimento no setor, mas ainda é verificada sua existência em alguns locais do estado.

Outro dado bastante importante para a educação é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), é a principal ferramenta para a avaliação da rede escolar de toda a nação, medindo a qualidade do aprendizado nacional. O IDEB do Estado do Ceará no ano de 2015 foi de 3,4, estando apenas 0,1 abaixo do índice do Brasil no mesmo ano e 0,2 acima do índice da região nordeste, mostrando que o estado possui uma boa qualidade de educação quando comparado com o índice do país e com a região na qual está localizado.

O Estado do Ceará possui 81,5% dos jovens de 15 a 17 anos nas escolas e 18,5% fora das escolas; 16,8% dos jovens meninos e 10,8% das meninas trabalham e estudam. Muito dos alunos entre 15 e 17 anos que estão nas escolas eram para estar no ensino médio, pois essa é a

idade prevista para os jovens que fazem o ensino regular estarem nesse nível da educação, mas muitas vezes não ocorre, podemos ver isso a parti da interpretação do gráfico abaixo:

Taxa de distorção idade-série Ceará



Fonte: INSTITUTO UNIBANCO

Entre esses dados ainda podemos analisar a taxa de reprovação, abandono e de aprovação dos alunos nessa etapa do ensino e compará-los com as mesmas taxas da nação brasileira, como mostra a tabela abaixo:

Taxa de reprovação, aprovação e abandono

ENSINO MÉDIO	CEARÁ			BRASIL		
	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO
1º ano EM	10,3	10,6	79,1	17,7	10	72,3
2º ano EM	6,9	7,8	85,3	11	7,2	81,8
3º ano EM	4,3	5,0	90,7	6,6	5,4	88

Fonte: INSTITUTO UNIBANCO

Verificamos pela tabela anterior que a taxa de abandono do 1º e 2º ano do EM (Ensino Médio) no Ceará é maior do que a mesma taxa no Brasil, sendo apenas a taxa de abandono do 3º ano do EM do Ceará menor do que a mesma taxa do Brasil e essa alta taxa de abandono possui como um dos fatores a pressão da família para a busca de trabalho para ajudar na renda familiar e muitas vezes eles preferem focar apenas no trabalho e esquecer do estudo. Não tem como falar do ensino médio e não falar do Exame Nacional do Ensino Médio, mais conhecido por sua sigla Enem.

Enem

O Enem foi aplicado pela primeira vez em 1998 com o objetivo de avaliar o Ensino Médio no país, tendo 115mil participantes em sua primeira edição, segundo o Inep. Com o passar dos anos essa avaliação foi crescendo e muitas instituições públicas passaram a aceitar a nota do Enem como método para o ingresso em seus cursos superiores, substituindo assim o vestibular tradicional nessas instituições. Após mais de 20 anos, o Enem é hoje a prova mais aguardada por todos os alunos de Ensino Médio do país e por demais pessoas que anseiam o ingresso num curso superior de uma instituição pública. (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2017)

Hoje além dele permitir o ingresso no ensino superior nas Universidades e Faculdades pública através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) ele também permite que os participantes concorram a bolsas de estudos em instituições de ensino superior privada através do Programa Universidade Para Todos (Prouni) e realizem financiamentos nesses tipos de instituições através do Financiamento Estudantil (FIES); além de que até o ano de 2016 ele também possibilitava que muitos alunos obtivessem o certificado de conclusão do ensino médio, mas a partir dessa data ficou por responsabilidade do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) a realização da certificação desses alunos.

A edição do Enem 2018 contou com 6.774.891 inscrições e com 5.513.662 participantes confirmados até a véspera da prova, segundo dados do Inep. Foram disponibilizadas 235.476 vagas em 129 instituições de ensino superior federais e estaduais do país no Sisu do primeiro semestre e 59 mil vagas em 76 instituições de ensino superior federais e estaduais do país no Sisu do segundo semestre, segundo dados do MEC. Para a prova do ano de 2019 o Inep confirmou que existem 6.384.957 inscritos para a realização do exame e essas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, que é uma alteração na lei 93-94/96 de 20 de dezembro de 1996, que prevê o aumento da carga horária anual e uma nova organização curricular, foi realizado uma entrevista com dois professores da área da educação.

O primeiro entrevistado foi o professor Francisco de Assis Francelino Alves, Pós-Doutor em Educação pela Universidad Nacional Tres de Febrero Buenos Aires e Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Para ele a reforma do ensino médio é um assunto bem delicado de se falar. Essa reforma foi instituída através de uma alteração da lei

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

93-94/96 de 1996 e ela irá alterar a LDB. Segundo o entrevistado “A BNCC vai continuar com os temas transversais que poderão ser incluídos nos currículos juntamente com novos componentes”, dessa forma novos componentes poderão ser incluídos, mas alguns antigos deveram permanecer, como linguagem, matemática, ciências da natureza e ciências humanas.

Essa reforma causará uma série de alterações nos currículos, entre elas estará a alteração da carga horária do Ensino Médio que irá passar de 800 horas para 1400 horas anuais, dessa forma os alunos deixarão de estudar em apenas um período e passarão a estudar em tempo integral. Para o professor entrevistado o ensino em tempo integral tem suas vantagens e suas desvantagens, pois os alunos passarão mais tempo na escola e seria necessário atividades alternativas para que assim eles não passem todo esse tempo dentro da sala de aula, pois isso não traria benefícios no processo de aprendizado desses jovens. Segundo o professor Francelino:

Os alunos não aguentariam ficar dentro de sala de aula um dia inteiro. Então, se faz necessário atividades alternativas para os alunos, como atividade de quadra, de esportes, atividades de arte, prática de atividades físicas, ou seja, se faz necessário o desenvolvimento de outras atividades dentro da própria escola para poder fazer jus a essas 1400 horas, além da possibilidade do encaminhamento dos alunos para o mercado de trabalho. Então, essa expansão da carga horária é uma tentativa de melhoria do desempenho dos alunos, mas isso pode ir por água abaixo se este desempenho dos alunos não for atendido de forma condizente.

Uma outra preocupação demonstrada pelo entrevistado foi em relação a formação do professores e a estruturação das escolas, pois a formação atual dos profissionais de ensino não os prepara para o ensino integral, que requer uma maior preparação do profissional e também exige maior condições físicas e estruturais das escolas para receber os seus discentes. O entrevistado diz que:

Existe alguns entraves nessa mudança de carga horária, como a questão do projeto pedagógico das escolas. As escolas conseguiram estruturar seus projetos pedagógicos? Os docentes, técnicos, funcionários, estão preparados para essa mudança? Então, esse é um ponto que, particularmente, tenho algumas restrições: a questão da formação dos professores, a estruturação da escola e o planejamento para receber essa nova modalidade.

O ensino técnico é uma modalidade que vem ganhando bastante força atualmente e por causa disso está levantando alguns questionamentos e trazendo dúvidas se realmente é algo que irá trazer mais benefícios do que malefícios para os estudantes. Para o professor Francelino ele é “Indubitavelmente interessante, desde que tenhamos professores preparados, laboratórios com equipamentos, tenhamos uma atividade na escola organizada”. Uma outra problematização traga por essa reforma é a de criar um sistema de créditos semelhante ao

sistema utilizado nas faculdades, na qual deixaria nas mãos desses jovens a escolha das disciplinas que ele irá estudar, isso acaba trazendo alguns receios para os profissionais da educação, como o nosso entrevistado, pois um estudante que acabou de sair do ensino fundamental ainda pode não ter maturidade e preparação para fazer uma escolha dessas que poderá transformar todo o seu futuro.

Por último o entrevistado traz a preocupação sobre tornar o ensino de Educação Física e de Artes facultativo, pois para ele a “sociedade precisa de jovens com saúde, criatividade, inteligência”. Por fim o professor Francelino relatou a sua opinião na qual diz que: “A reforma, em minha visão é uma ideia muito imatura, que possui muitas lacunas que precisam ser preenchidas antes de qualquer coisa. Particularmente espero que consigamos explicações mais coesas e claras por parte do Ministério da Educação sobre essa reforma”.

O segundo entrevistado foi a professora Maria Cleide da Silva Barroso, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Para ela essa alteração do Ensino Médio faz parte de um “bolo” de reformas educacionais que visa constituir o novo perfil do trabalhador, assim o maior objetivo dessa modificação do ensino seria preparar mão de obra para o mercado de trabalho ao invés de preparar os alunos para dá continuidade na vida acadêmica. Para a entrevistada o que se percebe com essa alteração é: “No final das contas o que percebemos com essa reforma é que mais uma vez apresenta em seu fundamento o esvaziamento e uma negação do conhecimento; para a área de Ciências da Natureza é muito complicado”.

Segundo a fala da professora a área da ciências da natureza será bastante prejudicada, pois através de um levantamento feito pela equipe dela, constatou-se que muitos conteúdos foram retirados dos livros para que esses se adequem ao novo modelo da BNCC, ficando dessa forma fragilizado o conhecimento. Uma das disciplinas que seriam bastante prejudicada com a retirada dos conteúdos seria a Química, que ficaria só com alguns conteúdos básicos e isso irá causar uma grande dificuldade para os alunos quando esses chegarem ao ensino superior e em algum momento precisar saber de Química para dar continuidade no curso, como ele não teve uma boa base do conteúdo durante o Ensino Médio terá bastante dificuldade para acompanhar as explicações do professor do ensino superior, já que esse possivelmente não vai alterar o seu planejamento para ensinar um conteúdo que era pra ter sido visto durante o período de escola.

Para a professora Cleide essa reforma causará um esvaziamento do conhecimento e dessa forma irá mostrar que o trabalhador não precisa de conhecimento e muito menos de senso crítico, mas precisa “Saber Fazer” alguma atividade para poder ser mão de obra. A entrevistada

diz que o conhecimento irá tornar-se “empobrecido”, “rarefeito”, “tácito” e “voltado ao cotidiano”.

A entrevistada termina sua fala dizendo que:

Essa discussão sobre as diferenças dentro das necessidades de conhecimento entre as classes trabalhadoras e dominantes, começou já dentro do iluminismo, portanto é bem antiga, entretanto, mais uma vez, esse ideal ganha força, com o intuito de privar o conhecimento na classe trabalhadora, e isso fica mais que evidente com essa nova reforma do ensino médio.

Através das duas entrevistas, pode-se perceber os diferentes lados e as diferentes opiniões que dividem os profissionais da educação quando se fala da reforma do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas nesse texto, pode-se perceber que a educação do Brasil por muito tempo foi privilégio de uma pequena parte da sociedade, dessa forma a maioria da população teve que lutar bastante para começar a ter acesso à educação e em seguida conquistar o direito de possuir a oferta, por parte do poder público, de todos os níveis da educação, que até os dias atuais ainda não possui os 100% de qualidade.

Pode-se perceber que a educação só veio a evoluir e a possuir uma maior atenção após a primeira LDB, que norteou o caminho que a educação brasileira iria seguir, tornando essa dever do estado. Mesmo após a LDB de 1966 a educação pública ainda teve que sofrer bastante até atingir o patamar que está hoje, que ainda não é um patamar tão elevado quando comparado com alguns países da Europa e até mesmo com alguns países da América, como Estados Unidos, Canadá e Chile, que possuem altos índices na estrutura educacional, possuindo uma maior atenção com o corpo docente e o corpo estudantil, realizando altos investimentos em material e em estruturas e adotando filosofias educacionais bastantes eficientes.

Observou-se a importância que o ensino médio possui dentro de uma sociedade, desde a formação crítica do cidadão até a preparação para o mundo acadêmico e o mundo do trabalho. Foi mostrado a realidade do ensino médio no Brasil, principalmente no estado do Ceará, tendo alguns fatores que contrariam a teoria que é traga na LDB e em alguns dados fornecidos pelo Estado, sendo na maioria das vezes o ensino médio tratado com menos atenção e cuidado do que realmente é necessário, esses fatores na maioria das vezes dificultam ainda mais o alcance dos objetivos dessa etapa do ensino/aprendizado.

Analisamos o ensino médio no estado do Ceará, mesmo com algumas dificuldades que ainda é bastante presente no cotidiano das escolas e dos alunos, o estado possui altos índice no Ideb, ficando apenas 0,1 atrás do índice do país no ano de 2015.

Através das entrevistas realizadas com profissionais da área da educação tem-se a oportunidade de entender um pouco mais sobre a nova reforma do ensino médio, analisando as mudanças, os pontos positivos e negativos e podendo assim entender o ponto de vista daqueles que já estão no ramo da educação a muito tempo, contribuindo para uma educação ainda melhor e mais acessível a todos.

Esperamos dessa forma, que a pesquisa tenha contribuído para um maior entendimento sobre a situação da educação no país e mostrado o quanto essa é necessária para todos, não importa se é rico ou pobre a educação é essencial, pois ela antes de tudo, faz parte da formação do cidadão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94, pelas emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legis. **Cosntituição da República Federativa do Brasil**, [s. l.], v. 1, p. 496, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?squence=1>. Acesso em: 27 set. 2019.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [s. l.], v. 94, n. 236, p. 185–210, 2013.

INSTITUTO UNIBANCO. **Panorama dos Territórios**. Fortaleza.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, [s. l.], v. 5, n. 8, p. 27–41, 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 27 set. 2019.

PEREIRA, Lilian Alves; FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire. Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem. **Revista HISTEDBR On-line**, [s. l.], v. 12, n. 45e, p. 239, 2017. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/ORIGEM%20DA%20ESCOLA%20P%20DABLICA%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.